

# A CRISE DA UNIVERSIDADE

## três por quatro



Armênio Abascal - ZH

Nesta edição apresentamos uma mesa redonda com o delegado do MEC, o presidente do DCE da UFRGS, a presidente e o vice-presidente da Associação dos Docentes da UFRGS (ADUFRGS). Também, uma matéria com um bacharel em jornalismo que encontrou mais rentabilidade como açougueiro. As casas de estudantes, a imprensa universitária, uma enquete com estudantes de algumas faculdades sobre o que acham da situação do ensino, e o movimento estudantil também estão neste número de Três por Quatro.

# ENTRE O SONHO E A REALIDADE

O que aconteceria se os candidatos à carreira militar tivessem de pagar por sua educação? Por que o governo argumenta que só chegam às universidades os filhos de pais ricos e que não é justo que o Estado lhes dê educação de presente? Pode um país sobreviver sem educação, cultura, ciência, pesquisa? Por que todos os governos totalitários desferem seus golpes contra as universidades, abertas e violentamente, ou discreta e safadamente? O ensino pode ser comprado como mercadoria? Por que é mesmo que o governo acusa os professores de formarem uma classe ociosa e opulenta?

A Universidade Brasileira está cheia de perguntas como estas. Respostas é que são poucas, e raras, como a tentativa de enumerá-las do pesquisador e professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp de São Paulo, Rubem Alves, em matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo de março último, sob o título Humpty-Dumpty e a Universidade. Nela, Alves relaciona o uso da palavra pelo governo para impor sua filosofia na universidade e o ensinamento deixado pelo escritor inglês Lewis Carroll em seu livro *Through the Looking Glass*, considerado literatura para crianças e popularmente conhecido no Brasil como *Alice no País das Maravilhas*.

Na estória há um curioso diálogo entre Alice e um personagem cara de ovo chamado Humpty-Dumpty, que diz: "Quando eu uso uma palavra, ela significa exatamente aquilo que eu es-

colho que ela signifique, nem mais, nem menos. A questão — diz Alice — está em se você pode fazer com que as palavras signifiquem tantas coisas diferentes. A questão — retruca Humpty-Dumpty — é quem é o senhor".

"Lewis Carroll foi um profeta, afirma Rubem Alves, e melhor lição de política é impossível. Todos os grandes políticos souberam que o sentido da palavra é, em última análise, determinado pela força. Mas sempre que 'os senhores' tentam subverter a semântica a fim de impor suas definições de realidade, a universidade tem exercido teimosa vigilância ante as artimanhas e engodos do discurso político."

As represálias não tardam a surgir, relata o professor universitário. O caso da Universidade, assinala ele, é um exemplo excelente. Todos sabem que o governo não morre de amores por suas universidades. Passado o período negro da intimidação da inteligência pela violência, a administração pública age agora de forma mais sutil e eficiente. Por um lado retira das universidades seus poucos recursos. Sem verbas para a pesquisa que é a alma da vitalidade científica, resta à universidade a rotineira tarefa de reduplicar conhecimentos e profissionais. Por outro lado, ridiculariza o professor frente aos olhos do público numa campanha pelos veículos de comunicação de massa:

— Classe ociosa, pois os professores acadêmicos não trabalham em média mais que uma hora por dia; classe

opulenta, pois recebe salários exorbitantes quando comparados àqueles dos funcionários públicos menos favorecidos; classe ociosa dos seus privilégios, pois não deseja sacrificar-se pelas metas de interesse social estabelecidas pelo governo: sem dúvida alguma, aí está um segmento da sociedade civil que não pode merecer a confiança do povo.

Rubem Alves cita também a questão do ensino universitário pago, pelo qual só chegam às universidades os mais abastados. "Tudo, enfim, está organizado para que assim seja — afirma ele. Do curso primário à universidade, os estudantes vão sendo progressivamente espremidos e estrangulados. A cada nova etapa as exigências econômicas são mais violentas. Crianças pobres nem o primário terminam. Até que chega a hora do golpe final, os cursinhos. Os menos aptos já vinham sendo sistematicamente eliminados, até que a sua inaptidão os condena a comprar o ensino, como se fosse mercadoria, nas faculdades particulares. O governo falou a verdade, mas a enganou como isca, num anzol político."

Para o pesquisador paulista, a bem da justiça, seria necessário reconhecer que não é verdade que o ensino universitário seja gratuito. Desta forma, seria uma tolice dizer-se, por exemplo, que o uso das rodovias pelos veículos é gratuito, pelo simples fato de não termos pedágio. "Existe uma coisa — diz Alves — chamada Taxa Rodoviária Única (TRU) que é o preço que

o proprietário de um veículo paga pelo uso da estrada. Acrescentar ao TRU o pedágio, é fazer o cidadão pagar duas vezes por um mesmo serviço. O ensino universitário, por sua vez, é pago antecipadamente com o dinheiro dos contribuintes. Transformá-lo em ensino pago é forçar o estudante a pagar por um serviço que já foi pago."

O que está escondido no meio de tudo isto, argumenta Rubem Alves, é a embaraçosa questão das causas desta situação injusta, pois acalmando-se que somente os abastados chegam à universidade, como explicar que seja assim? O governo teria de confessar que as coisas são assim porque a política econômico-financeira por ele estabelecida, os padrões de distribuição de renda que dela decorreram e as prioridades por ele determinadas, decretaram que assim fosse. O governo teria de explicar a gênese educacional que elimina os pobres e protege os abastados.

— Imaginemos — acrescenta ainda o pesquisador — que o governo, fiel à sua filosofia educacional-financeira, concluisse que os candidatos à carreira militar deveriam pagar pela sua educação. Seria absurdo cobrar o ensino dos cadetes das escolas militares porque não se considera que tal preparo seja uma mercadoria. O Estado reconhece que o Exército é uma instituição necessária à sua segurança. Por isso não são os cadetes que estão sendo servidos pelo Estado, é o Estado que está sendo servido por eles. Não será verdade

também que é o país que precisa de educação, de cultura, de ciência e de pesquisa? Pode um país sobreviver sem estes valores? Não estará se condenando sem eles à barbárie, conclui Alves, da mesma forma que se condena à barbárie um país que entrega sua segurança a um bando de mercenários?

A Universidade exerceu mais uma vez sua teimosa vigilância. E irá sempre exercê-la enquanto houverem pessoas dispostas a denunciar as irregularidades, como o professor Rubem Alves, e pessoas dispostas a ouvi-lo e transmiti-lo a outros, como nós da Faculdade de Jornalismo da UFRGS. Talvez nunca houve antes uma crise tão aguda na universidade brasileira. Os problemas se acumulam e de todas as espécies: baixa qualidade do ensino; falta de verbas para livros, equipamentos, professores, funcionários, até mesmo para a conservação dos prédios; ausência, enfim, de uma verdadeira mentalidade acadêmica e científica dos principais responsáveis.

Esta edição de mais um jornal-laboratório *Três x Quatro* tem como objetivo apresentar, mesmo que precariamente, uma mostra de toda esta situação em uma das principais universidades brasileiras, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Até pela nossa própria função profissional, tínhamos o dever, diante de tantos problemas cotidianos, de dizer, falar, discutir e principalmente denunciar. É pouco, mas já é um início. . .

# COM DAVID RESSURGE A UEE

Viração foi a chapa vencedora das eleições que escolheram a diretoria da União Estadual de Estudantes. Além de Viração, concorreram outras três chapas: Novação, Unidade e Liberdade e Luta. A eleição, que ocorreu no final de abril, após intensa mobilização, serviu para criar o debate político nos locais mais afastados e, mais uma vez, mostrar a democracia dentro do movimento estudantil gaúcho.

Em todo o estado votaram, aproximadamente, 37 mil estudantes (de 120 mil estudantes matriculados), o que dá à eleição da UEE gaúcha a maior representatividade de todas, comparada com as ocorridas para as UEEs de outros estados, e comparável à eleição da própria diretoria da UNE. O aumento do número de votantes em relação às eleições da UNE foi de 90 por cento. E a representatividade das eleições fica mais evidente se levarmos em conta o boicote promovido por grupos estudantis, a ação policial e a pressão das reitorias, que intimidaram muitos estudantes em escolas menores. O boicote foi promovido pelo DEE e pe-

lo grupo Unificação. Geraldo Rosa, do DEE, no dia das eleições tentou passar em aula juntamente com Marcelo Barbieri, mas foram impedidos de fazê-lo. O único local em que o boicote teve relativo sucesso foi em Ijuí. Basta ver o número de votantes, o que até provocou uma briga entre a diretoria do Diretório Acadêmico Jackson Figueiredo, que estava encarregada de realizar as eleições. Na briga, de um lado estava o presidente do diretório, a favor da realização do pleito; de outro, quatro diretores a favor do boicote.

O presidente do DCE de Santa Maria, Gilberto Lang, afirmou que naquela cidade a votação poderia ser um pouco maior se não tivessem dado um pretexto para que alguns estudantes não votassem. Certamente o mesmo aconteceria em Ijuí e outras escolas menores, onde, somado ao boicote dos grupos do DEE e da chapa Unificação, houve intervenção das reitorias e de órgãos policiais, fazendo com que muitos estudantes e centros acadêmicos se sentissem temerosos de realizar as eleições.



Em Cruz Alta, o presidente do Diretório Acadêmico da Economia mandou chamar a polícia para impedir as eleições. Estudantes foram espancados e as urnas apreendidas. Policiais, reitorias e alguns estudantes tentaram impedir a realização do pleito, mas apenas diminuiu um pouco o número de votantes.

## A PROPOSTA VENCEDORA

Para Viração, a forma com que a UEE irá combater a política do governo para a educação é através de uma entidade dinâmica, forte e apoiada pelos estudantes. Segundo o presidente da UEE, David Fialcow Sobinho, "a entidade, para realmente levar um trabalho junto aos estudantes, deverá estar em cada canto do estado através de uma UEE volan-

te. O presidente do DCE da UFRGS até prometeu uma baraca para a UEE em resposta ao pedido de uma sala para a sede provisória, enquanto não se arranca das mãos da polícia a sede da Senhor dos Passos."

Falando sobre a abertura que o governo está promovendo, Fialcow afirmou que "se trata de uma farsa porque a lei de segurança nacional continua ditando as regras do jogo, basta ver o enquadramento nesta lei do vereador de Santa Maria, Adelmo Genro e do líder metalúrgico Lula. Se mantém, também, intacto o aparato repressivo, e a sua utilização ficou evidente na vitoriosa greve dos metalúrgicos do ABC. A justiça, por sua vez, declara ilegal greves e não reconhece como legítimas reivindicações por melhores condições de vida

e trabalho, de milhares de operários". Para o presidente da UEE, "todos estes fatos deixam claro que a situação não mudou, a ditadura continua sob uma nova forma de dominação e é preciso combatê-la de forma conseqüente". O povo brasileiro não conquistou amplas liberdades democráticas, às quais precisamos, necessárias à conscientização e organização dentro de partidos que expressem seus interesses. Mas para que o povo conquiste as liberdades democráticas, Viração propõe em seu programa a unidade dos setores populares para derrubar a ditadura.

## AS TAREFAS

A UEE terá tarefas importantes na organização dos estudantes na luta por mais verbas para a educação, por uma administração democrática e pela elaboração pelos estudantes, juntamente com professores e funcionários, de currículos voltados aos interesses da maioria da população; na organização da luta contra o ensino pago que é sem dúvida a maior de todas no momento; no apoio às lutas estudantis, como a greve que houve recentemente em Rio Grande. Cabe agora aos estudantes gaúchos se unirem para um trabalho conjunto e que venha fortalecer ainda mais a UEE, entidade máxima e unitária dos estudantes gaúchos. O trabalho conjunto é a única forma de fortalecer a entidade para que melhor desempenhe um papel na defesa dos interesses dos estudantes gaúchos e do povo brasileiro.

## EXPEDIENTE

Três por Quatro: jornal-laboratório dos estudantes do sétimo semestre de Jornalismo Gráfico e Audiovisual, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edição número um de 1980, sob coordenação do prof. Carlos Salzano V. da Cunha.

### Editor-chefe

Luiz Oscar D. Matzembacher

### Editorialista

Geononi Mousquer Peixoto

### Pauteiro

Wladimir Ungaretti

### Secretário gráfico

José Francisco V. Schuster

### Chefe de reportagem

Eleonora Allgayer Canto

### Repórteres

Delmo Marengo Moreira

Eliane Lichtenberg

Carmen Sílvia Rial

Gilberto Assis Brasil

Marcelo Oscar Lopes

Julio César Jardim

Valci Regina Zucoloto

Anelise Rigon Mássardo

Marco Aurélio Poli

Telmo Moraes Biancamano

Ilimar Franco da Silva

### Fotógrafos

Mari Elizabeth Menda

José Eduardo Bernhardt

Luciana Tomasi Heinz

Miriam Varoni Duarte

### Planejamento e controle gráficos

Carlos Rampanelli

Paulo Roberto Busato

Felipe Pereira da Silva

Sidma Mendoza Siles

Haroldo Abrantes da Silva

Maria Clara Jorge

Pedro Hasse Filho

Edna Della Nina

Luiz Alberto Scotto de Almeida

# JORNALISTA E AÇOUGUEIRO

Vitor Hugo Silva, jornalista diplomado pela UFRGS em 1978; ocupação atual, açougueiro. Que estranhos caminhos levaram este bacharel de 32 anos a desistir do jornalismo e seguir uma pacata vida de comerciante? A resposta não é difícil. Começa pela idade. Com 32 anos, a realidade da sobrevivência bate com força no idealismo romântico da juventude. O tempo em que papai avaliava as alucinações adolescentes já foram engolidos pelo dia-a-dia. O jornalismo, para Vitor Hugo, foi, talvez, um de seus últimos sonhos românticos.

Afastado dos bancos escolares desde 1967, decidiu voltar e tentar o sonho superior. Optou pelo jornalismo por duas razões: era um curso que apresentava dificuldades razoáveis para ser aprovado e, além disso, ele tinha a ingênua pretensão de querer melhorar as boas qualidades que possuía para escrever.

Um ano após seu ingresso na faculdade, as necessidades financeiras colocaram Vitor Hugo a atuar paralelamente no ramo do comércio de carnes.

Com muito esforço e dedicação, seu açougue revelou, no momento de sua formatura, uma resposta econômica mais promissora do que lhe era apresentada pela espe-

cialização adquirida nos bancos universitários.

Vitor Hugo, certamente, teria que baixar seu nível de vida. Tomando uma decisão bem prática, sintonizada com sua realidade, ele decidiu continuar no comércio de carnes. Hoje está cada vez mais distante da carreira jornalística.

Com a inauguração de seu segundo estabelecimento, na rua Heitor Vieira, 630, Belém Novo, Vitor Hugo tira uma renda líquida de aproximadamente 40 mil cruzeiros, nos seus dois açougues. Bem longe dos 8 a 10 mil cruzeiros que, com muito boa vontade, ele receberia como jornalista.



Cita casos de seu conhecimento: "Toda vez que surge algum problema referente a seu negócio, o repórter vai ouvir o Presidente do Sindicato dos Retalhistas, Romeu Lomando, voz perfeitamente integrada com o sistema".

Assim, questões como o ágio que o açougueiro é obrigado a pagar, por fora da nota, para os distribuidores, dificilmente chegam ao conhecimento da opinião pública.

Leis criadas com a intenção de promover aparentes medidas saneadoras e higiênicas e que, na verdade, só beneficiam aos grandes grupos (multinacionais em sua maioria), nunca são esclarecidas. Deste modo, o açougueiro torna-se o segundo mais prejudicado, na escala da exploração dos grandes grupos — o primeiro é o consumidor — e com nenhuma chance de revelar sua situação junto ao público em geral.

É por essas e por outras, que sua vida como açougueiro é temporária, pois ele pretende juntar um *dinheirinho* e colocar em cima de sua chácara (34 hectares na estrada da Restinga).

Aliás, segundo Vitor Hugo, "outra falha de nosso jornalismo, que vive metendo pau no intermediário, mas que nunca aponta quem são os famosos atravessadores".

II - V  
REDUNDA

# Debate: A Universidade Em Crise

**PERGUNTA** — Qual é a situação financeira da UFRGS em relação às demais universidades?

**REJANE CARRION** — Os professores que fazem parte da ADUFRGS estão tentando fazer com que a gestão dos recursos para a universidade não seja tratada como uma questão meramente burocrática e tecnocrática. A gestão não deve ser restrita aos setores administrativos da direção central. Precisamos de uma participação mais efetiva como, por exemplo, a nível de departamentos, que é onde as coisas realmente acontecem em termos de ensino. A ADUFRGS acha que o Departamento deve ter maior participação na gestão dos recursos e que, dentro do departamento, todos os docentes também participem, assim como os estudantes e funcionários. É preciso que haja maior abertura.

**PERGUNTA** — Como se dá hoje a gestão dos recursos da Universidade?

**REJANE** — Por incrível que pareça nós não sabemos. Existem os setores encarregados disso e o que acontece, normalmente, é que o departamento, quando tem alguma necessidade, pede ao setor responsável. O mesmo ocorre com os diretores de faculdades. Eles se dirigem à Reitoria, solicitam os recursos, na medida da necessidade, mas não têm qualquer controle sobre o tipo de resposta que é dada. E ninguém sabe como conferir. Isso do ponto de vista da gestão interna dos recursos. Do ponto de vista nacional, o que a gente tem visto é que as verbas para a Educação têm decido assustadoramente em proporção ao orçamento da União. Atualmente, dizem que as verbas do ensino representam cerca de quatro por cento do orçamento. Mas há informações de que não é bem assim. Na verdade, as verbas destinadas à Educação constituem 2,9 por cento do orçamento. Além disso, há uma complementação, feita com recursos da Loteria Esportiva e de outras fontes eventuais, que somados chegam a este índice de quatro por cento.

**PERGUNTA** — Para os professores, qual a área da Universidade que tem maior carência de verbas?

**REJANE** — É o que eu digo! O professor não participa disso. Não tem, portanto, uma visão global. Mal sabemos o que se passa na nossa área, quanto mais nas outras. Mas há uma espécie de consenso de que as áreas mais prejudicadas são as consideradas não diretamente produtivas, não tecnológicas. São as áreas de ciências humanas, que encontram muito mais dificuldades para levar adiante seus projetos de pesquisa, por exemplo. É muito mais fácil conseguir verbas para uma pesquisa tecnológica do que para uma pesquisa humanística.

**JOSÉ VICENTE DOS SANTOS** — A questão central hoje é exatamente a relação da Universidade com o Estado. Sempre houve no Brasil um esforço para se conseguir a autonomia da Universidade. Mas, de uns dois anos para cá, os docentes colocaram como preliminar o esforço da democratização. Essa idéia significa que a Universidade deve se estruturar, embora deva ser financiada pelo Estado, de maneira a ter uma ligação fundamental com a sociedade civil, com os movimentos sociais que estão tecendo o próprio movimento da sociedade. Nós devemos pensar numa Universidade onde os dirigentes tenham responsabilidade perante o corpo universitário e perante a sociedade civil como um todo. A primeira tentativa de democratização da Universidade aconteceu em 62, com a famosa "greve do um terço", que reivindicava representação paritária de professores, alunos e funcionários nos órgãos universitários. Houve outra em 68, em São Paulo, quando a universidade foi ocupada em julho e agosto por professores e estudantes, que montaram as famosas comissões paritárias. Foram estas as primeiras tentativas de pensar na questão da responsabilidade da Universidade, de seus planos, de suas políticas. E nenhum de nós ainda possui respostas para essa questão. A ADUFRGS tem apenas a conclusão de que todos os professores devam participar, em igualdade de condições, da tomada de decisões sobre o destino universitário e o cumprimento de seus objetivos. Esse é um primeiro passo que estamos dando. Restam outros. E cabe a nós pensar sobre eles, porque é a resposta a esses

problemas que poderá transformar a Universidade e adequá-la para o encaminhamento do pensamento crítico e transformador.

**PAULO CÉSAR DA ROSA** — Todo o autoritarismo implantado no país veio se refletir na Universidade. E o que acontece, então, é expulsão de professor, expulsão de estudante, destruição de todas as organizações estudantis. A UNE, as UEEs foram destruídas porque estavam se colocando contra esse projeto. A campanha desenvolvida pela UNE em 64 pela representação de um terço dos alunos nos órgãos colegiados é um exemplo. Só que, hoje, a representação dos alunos nesses órgãos é de um para nove. Quer dizer: a gente não apita absolutamente nada. Por isso, achamos que não dá para lutar só por mais verbas.

**PERGUNTA** — Como essa redução no percentual destinado à Educação se reflete no nível do Ensino brasileiro?

**GILBERTO MORAES** — É muito fácil responder essa questão, porque o

importante e fundamental. Também não deixaram para a economia de mercado, o que também era fundamental que deixassem. Por que, hoje, os currículos das universidades são insuficientemente humanísticos e insuficientemente tecnológicos? Precisamente por isso. Porque o regime brasileiro foi um regime híbrido. E hibridismo não é uma coisa boa em economia. O dirigismo econômico, ao chegar a certo ponto, tem que se decidir: ou fica no monetarismo ou entra no estruturalismo. No Brasil, o que aconteceu nesses últimos 15 anos é que o governo federal acabou com a Federação, caminhou para uma centralização tremenda. E hoje, nós somos vítimas desse centralismo.

**PERGUNTA** — Na sua opinião, o que é necessário privatizar e o que é necessário estatizar?

**GILBERTO** — No Ensino, era necessário "desestatizar" a capacidade didática, a competência didática. Acho que a Lei Orgânica do Ensino Médio e do Ensino Superior é detalhista, disciplina excessivamente. O Governo, através dessas leis, impôs uma camisa de força à Educação brasileira, ao Ensino Público e ao Ensino Privado. Por exemplo, eu sou técnico em Ensino Superior e o que examino, o que supervisiono em termos de técnica, é o aspecto cartorial. Aspecto que justamente deveria ser deixado livre, tanto no Ensino Público como no Ensino Privado. Não precisaria senão endossar os pedidos repetidos e gritantes das universidades brasileiras, que reivindicam maior autonomia. Isto porque, na verdade, elas não têm autonomia nenhuma, nem didática, nem de aplicação de recursos e nem de planejamento. Já o que devia ser estatizado em Educação é a TV. Este instrumento — o mais poderoso em educação no mundo moderno — deveria ter sido dado a universidades. Seria uma solução para os problemas que estamos discutindo aqui, pois a TV hoje é fundamental em matéria de Educação. Não devia ter sido estatizada para ficar ligada do Ministério das Comunicações e ser concedida à empresas privadas. Deveria ter sido estatizada para ser praticada pelas universidades.

**REJANE** — Eu queria reforçar um ponto que me parece fundamental, que é o da autonomia das universidades. No ano passado, nós estivemos discutindo um projeto que partiu do MEC, junto com aquele famoso pacote da Educação. Um dos projetos era a transformação das universidades em autarquias especiais. Isso significava o seguinte: as universidades eram absolutamente livres e autônomas para fazer tudo o que

o MEC determinava. Quer dizer, do ponto de vista administrativo qualquer iniciativa precisaria passar por infinitos canais de aprovação e prestação de contas. Do ponto de vista didático, de ensino, qualquer coisa que a Universidade quisesse fazer tinha que passar pelo Conselho Federal de Educação. Ou seja, cumprir os mínimos detalhes determinados pelo Conselho. Mas estes mínimos são tão máximos que, uma vez cumpridos, não sobra margem alguma para se introduzir qualquer coisa nova. Então, a grande novidade desse projeto era a autonomia da Universidade para buscar recursos fora. Através desse projeto, o governo se desobrigava da sustentação econômica das universidades. Ora, uma vez que o governo se desobriga disso, onde a Universidade tem que buscar recursos? Através de anuidades não pode ser, porque os estudantes não têm condições de pagar mais. Então, seria em empresas privadas. Assim, a Universidade estaria se privatizando em termos de recursos e se estatizando do ponto de vista da autonomia didática, científica e administrativa. Era um projeto que não trazia vantagem nenhuma. Privatizava o que não se devia privatizar e centralizava o que se deveria deixar como margem de autonomia e criatividade das instituições.

## querem privatizar a universidade

**PAULO CÉSAR** — A situação do Ensino é ruim por todos os lados. Há 10 anos atrás, 70 por cento das universidades do país eram públicas. Hoje, 70 por cento são privadas. Em 64, 10 por cento do orçamento da União destinava-se à Educação. Hoje é 3,8 por cento. E o ministro Portela diz que vai cortar mais um pouco. Ainda por cima vem com esse projeto de autarquia. Isso é deixar a Universidade e os currículos a serviço das empresas. Para os estudantes, o que está colocado hoje é a luta por mais verbas para a Educação, contra a implantação do Ensino pago e contra os aumentos abusivos.

## tecnocratas copiam tecnologia

ministro da Educação já respondeu. Ele disse que a queda na qualidade de Ensino no Brasil foi resultante da mesquinhez com que a Educação foi suprida pelos planejadores do nosso desenvolvimento. No momento, não se pode examinar a situação de nenhuma universidade brasileira, sobretudo daquelas que estão mudando de campus e fazendo grandes investimentos imobiliários, senão dentro de um panorama nacional. Para se fazer esta análise, temos que abordar todo o modelo brasileiro. Os nossos tecnocratas pecaram por tentar fazer um desenvolvimento estatizante, sem estatizar aquilo que era

## "MEC não passa de um ministério fantasma"

**PERGUNTA** — O que o MEC tem feito para aumentar o percentual do orçamento destinado à Educação?

**GILBERTO MORAES** — Sem recursos econômicos, o MEC nada pode fazer para alcançar seu objetivo de preparar a juventude para uma auto-crítica, para uma nova sociedade. ...

**PERGUNTA** — O MEC, então, é um mero ministério-fantasma?

**GILBERTO** — É, e a meu ver o grave erro desse governo instalado há 18 anos foi o de não seguir o conselho de economistas e sociólogos, segundo os quais um dos melhores investimentos é a Educação. O MEC hoje se torna, dentro do governo, um ministério de oposição. O atual ministro da Educação vem falando uma linguagem de oposição, de crítica, até mesmo mais pro-

funda do que a feita pelos próprios parlamentares da oposição.

**PAULO CÉSAR DA ROSA** — O MEC diz que o problema está na área econômica. A área econômica diz que o problema está na Agricultura. E a Agricultura diz que o problema é o Planejamento. E o jogo de empurra acaba não resolvendo nada. Tenho minhas dúvidas quanto ao fato de o MEC ser um ministério de oposição. É só lembrar que o MEC elaborou o projeto das autarquias e está aprofundando o ensino pago. Por exemplo, para esse semestre, fixou um índice de 15 por cento para o aumento das anuidades, mas não está fazendo nada para que seja cumprido. As universidades estão cobrando 66, 80, até 100 por cento. O ministro Portela pode até fazer um tipo

liberal de vez em quando, dizendo que estudante tem que fazer boicote. Mas não existe ministério de oposição. O MEC está aprofundando a política elaborada para a Educação.

**REJANE CARRION** — Devemos reconhecer que há uma linguagem nova por parte do MEC. Afinal, depois de vários coronéis como ministros da Educação, temos agora um professor, um intelectual. E por mais que ele faça parte de uma equipe de governo, tem que se mostrar sensível à certas coisas conflitantes. Mas não se deve dar muita importância para essa contradição. Ela é interna e não vai levar ao rompimento de uma situação, que é muito mais profunda do que a briga entre o ministro da Educação e o do Planejamento.

## um dia de debates

Um representante do MEC, dois professores e um estudante debatem os problemas da Universidade brasileira. Gilberto Moraes é técnico em Educação do MEC; Rejane Carrion, presidente da ADUFRGS (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul); José Vicente dos Santos é vice da ADUFRGS; pelos estudantes participou Paulo César da Rosa — o Sonoca — da diretoria do DCE. O reitor Homero Jobim, apesar de convidado para o debate, não pôde comparecer. Que ninguém está satisfeito é uma conclusão fácil. Porém, cada um deles tem uma análise diferente para explicar a crise da Universidade.

# A regra é pro



Três horas de debate sobre o ensino

## Revolução de 64 acabou com a política de pesquisa crítica

**JOSÉ VICENTE DOS SANTOS** — É bom lembrar o passado, pois algumas questões que estão sendo colocadas aqui têm suas origens, no mínimo, nos anos 60. E nesse passado, as ameaças e as ações concretas que o Estado praticou contra a Universidade foram extremamente prejudiciais. Vejam que, curiosamente, é a partir de 64 que a política científica passou a ser mais controlada pelo Estado. Ao se reduzir as verbas e todos os incentivos para a pesquisa na Universidade, estava se criando uma nova "política de pesquisa" no Brasil. Política essa que visava desenvolver uma tecnologia dependente. É preciso lembrar também que, nesse momento em que se estrutura uma política científica no Brasil de modo mais orgânico, se realiza também a maior repressão ideológica sobre a Universidade. De 64 a 69, um grande número de professores foi aposentado, casado e preso. E embora tenha havido uma lei de anistia, uma resistência, um movimento organizado dos professores universitários e de outros níveis, a condição preliminar para uma proposta de democratização da Universidade — a reintegração dos professores — demorou em ser cumprida. A reintegração demorou sem que houvesse uma explicação do Ministério da Educação. Diante disso, parece-me que a ação do Estado no sentido de desmontar a Universidade teve um objetivo muito claro: destruir aqueles centros que propunham a iniciativa de criação de um conhecimento crítico real, que colocasse em discussão não só os fundamentos da Universidade, mas também os fundamentos da nossa sociedade, do nosso projeto de futuro. Essa foi a estratégia fundamental do Estado, nesse período. Houve outra ainda; a da expansão desabusada das vagas. Essa foi uma resposta a algumas demandas do movimento estu-

dantil de 68. Essa estratégia levou o Brasil a ter um sistema de Ensino crescente, principalmente nas universidades particulares, de expansão desmensurada de Ensino. Então, a Universidade passou a ter a função de apenas reproduzir o conhecimento. Nos estabelecimentos onde a pesquisa poderia ser criadora, renovada e contestadora, ela não existe.

**PERGUNTA** — Como se pode avaliar hoje, 10 anos depois, as consequências desse esvaziamento político e crítico da Universidade e da reforma dos acordos MEC-USAID no Ensino brasileiro?

**GILBERTO MORAES** — A minha avaliação, antes de mais nada, tem que ser pessimista. Então, resta-me diagnosticar as causas. E a meu ver elas são evidentes. Tentou-se copiar o sistema de Ensino de um país com uma economia muito diversa da nossa. E o que aconteceu? A escola pública congestionou-se, devido à expansão imoderada das vagas. A escola particular cresceu, mas cresceu às custas da qualidade de Ensino. Cresceu transformando o Ensino num balcão de negócios. A situação do Ensino hoje é, portanto, o resultado desde desencontro entre a infraestrutura econômica do País e a super-estrutura cultural educativa.

**REJANE CARRION** — Realmente, no aspecto político, a reforma foi dirigida no sentido de desmobilizar qualquer tentativa de pensamento crítico dentro da Universidade. E o que se propôs em troca disso foi a ideologia da "eficiência gerencial": a Universidade deve ser dirigida como uma empresa, precisa produzir pessoas eficientes para o sistema. Isso é realista em certo sentido, porque é disso que o

nosso sistema e a nossa sociedade precisam. Mas do ponto de vista minimamente crítico, é inaceitável. Realmente, acho que a reforma conseguiu alcançar seus objetivos. Implantou mecanismos de desestruturação do pensamento crítico, substituindo por mecanismos do pensamento prático, da prática burocrática dentro das Universidades. Basta examinar nossos estatutos e regimentos e veremos que os dirigentes da administração universitária sobem pelo "elevador de serviço" e não pelo "elevador social". Quer dizer, são escolhidos pelos serviços prestados ao sistema e não pelos serviços prestados à sociedade. O projeto da escolha dos dirigentes, um dos que fazia parte do Pacote da Educação anunciado no ano passado, fortalecia exatamente isso: uma administração universitária centralizada de cima para baixo. Isso já acontece a nível de fundações, onde os dirigentes são escolhidos diretamente pelo presidente da República e têm poderes para indicar diretores e cargos de confiança. Na realidade, esse movimento deveria ser ao contrário, com os dirigentes começando a ser escolhidos a nível de departamento e, num segundo momento, através da participação de todos os interessados. Mas o processo é exatamente outro. É desse tipo de cúpula nós jamais podemos esperar uma mudança. Então, a única esperança de mudança que eu tenho é nesse tipo de ação que procuramos desenvolver no sentido de mobilização dos docentes, para que participem da discussão e encaminhamento das questões que dizem respeito à Universidade. Só através de uma prática dentro da Universidade é que se pode mudar as consequências dessa reforma. Se formos esperar uma mudança que venha de cima, podemos esperar para o resto da vida, porque ela não virá.

**PAULO CÉSAR DA ROSA** — Outro problema é que o conteúdo do Ensino não está voltado para a realidade. Por exemplo, o médico aprende muito bem como fazer operação plástica, mas não sabe nada de medicina preventiva, pois não existem cadeiras específicas sobre isso. A razão é muito simples: a multinacional está interessada mesmo é em vender remédio. Se o estudante aprender medicina preventiva, não vai sair distribuindo remédio e o que interessa mesmo é entupir a população de remédios. Outro exemplo é o arquiteto, que aprende muito bem como construir edifício com vidro fumê, belas pontes, mas não sabe elaborar casas baratas, acessíveis à maioria da população que vive na periferia das cidades. Achamos que é preciso democratizar todas as decisões, inclusive a de aplicação de verbas. Sobre a aplicação de verbas na UFRGS não temos informações, pois meia dúzia de pessoas é que decide. Mas sabemos que na Universidade Federal de Minas Gerais o curso de Medicina tem especialização em medicina social e em operação plástica. Essa última recebe 60 vezes mais verbas que a de medicina social. E isso acontece de maneira geral, em todo o tipo de destinação de verbas que existe. Privilegiam áreas que, em última instância, são contrárias aos interesses da maioria da maioria da

população. No nosso entender, a aplicação de verbas deve passar a ser controlada pela comunidade universitária, que, como um todo, tem condições de ver o que está acontecendo e o que está precisando de modificações.

**REJANE CARRION** — O Paulo César deu o exemplo dos médicos que aprendem a fazer operação plástica e não estudam medicina preventiva. Acho que, na verdade, ao fazerem isso, eles não estão desligados da realidade, pois a realidade do nosso país é essa. O médico, para sobreviver, vai ter que fazer operação plástica. É para isso que algumas pessoas têm dinheiro e ninguém vai contratá-lo para fazer medicina preventiva. Portanto, a Universidade está bem dentro da realidade. Porém, é questionável essa forma subviente com que a Universidade se insere a uma realidade. Além disso, nossa tecnologia já vem em pacotes fechados. Quer dizer, nós compramos o peixe, mas não compramos a tecnologia para pescá-lo. Nós não estamos produzindo essa tecnologia aqui, porque nosso modelo econômico é dependente. É um modelo centrado na importação de tecnologias que só vão beneficiar pequenas camadas da população. E colocar a situação da Universidade dentro desse contexto é uma coisa delicada. Se nós pedimos uma Universidade adequada à realidade, ela

## Governo que cada vez mais

**PAULO CÉSAR DA ROSA** — Para os estudantes, essa política de implantação do Ensino pago tem o objetivo de transferir todos os custos da Educação para o nosso bolso. O custo do Ensino já está pago e mais que pago. Todos os impostos que cobram da população já pagaram a Educação há muito tempo. Na verdade, estão cobrando da gente novamente. E estão cobrando exatamente pelo modelo de desenvolvimento que foi aplicado no País. Com o golpe de 64, o Estado passou a oferecer uma infraestrutura para a penetração do capital estrangeiro. Então, foi necessário aplicar muito mais dinheiro em transporte, energia, comunicações, para viabilizar o crescimento econômico e atrair essas empresas. Por outro lado, o governo tem que oferecer também mão-de-obra barata. Isso significa, para o Estado, aplicar muito mais na repressão. Então, é dinheiro para o Exército, para as Forças Armadas — maneira de desarticular todas as lutas populares. Dentro desse quadro, áreas como a Saúde e Educação ficam esquecidas e a Segurança Nacional e esses setores de infraestrutura para o crescimento do capital estrangeiro são privilegiadas. Mas essa situação precisa ser invertida, porque já vimos que o capital estrangeiro não adianta muito. Basta analisar o que acontece no Brasil hoje: uma crise imensa e uma dívida externa de mais de 50 bilhões de dólares. Todo o projeto de desenvolvimento está em crise.

**JOSÉ VICENTE DOS SANTOS** — Hoje a estratégia do Estado no sentido de desmontar esse centro de produção crítica é que pode ser a Universidade, a campanha contra o Ensino público e gratuito, que começou violentamente este ano, principalmente em São Paulo. O MEC já negou a existência, a nível de SEPLAN, de um estudo contra o Ensino público e gratuito. Mas persiste no ar essa ameaça. Ameaça que é a mais grave no sentido de desmontar esses núcleos de criação

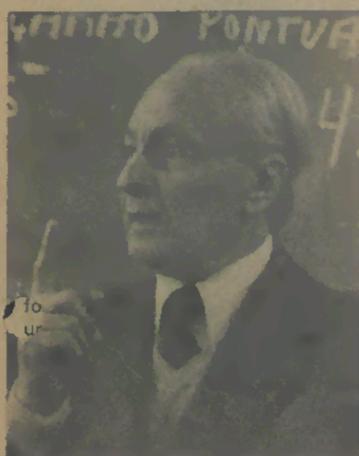
de conhecimento crítico, que conseguiram, num espaço muito controlado da Universidade, produzir um saber que está alimentando a nossa consciência crítica. Portanto, a reintegração plena e imediata dos professores anistiados e a ampla discussão sobre o Ensino público e gratuito são questões fundamentais que devem nos preocupar.

**PERGUNTA** — O governo diz que quer acabar com o Ensino público e gratuito nas Universidades para dar mais atenção ao Ensino de primeiro grau. A partir disso, qual o risco real que se corre diante da ameaça de Ensino pago? O que implica o fim do Ensino público e gratuito nas Universidades?

**PAULO CÉSAR** — Quando estava acontecendo o boicote contra o pagamento das anuidades da Universidade de Caxias, o reitor disse que a UCS havia feito uma pesquisa, verificando que 80 por cento dos estudantes tinham condições de pagar o aumento das taxas. O presidente do DCE de lá respondeu que os estudantes até poderiam pagar, mas ao mesmo tempo lembrou que 90 por cento dos estudantes sequer tinham possibilidade de entrar na Universidade. É essa a questão. O papo de que tem gente que pode pagar acaba encobrindo um projeto de elitização do Ensino. Um projeto que visa restringir ainda mais o acesso à Educação, que hoje já é bastante restrito. No Rio, por exemplo, foi feita uma pesquisa de comparação das rendas dos que passaram no vestibular. Verificou-se que a seleção do vestibular poderia ser econômica, pois a diferença das rendas salariais dos aprovados era mínima. Portanto, a elitização já existe. Mas, implantar de vez o Ensino pago é acabar com toda e qualquer possibilidade de acesso à Educação. Por isso, é necessário lutar também pelo Ensino público e gratuito. Não basta só lutar para democratizar a Universidade no sentido das decisões internas e ter

# Produzir técnicos de segunda linha

simplesmente vai continuar sendo como é: fornecendo administradores, técnicos de segunda linha, para fazer funcionar uma tecnologia comprada pronta. Pedir que a Universidade produza tecnologia é pedir para a sociedade se estruturar de maneira que precise produzir uma tecnologia. E isso implica mudanças sociais, econômicas e políticas muito grandes. Implica em mudar nosso modelo de socie-



Gilberto Moraes

dade. Acredito que a Universidade tem condições de fazer coisas diferentes do que vem fazendo tradicionalmente. Mas essa é uma luta de toda a sociedade. Não é um problema que vamos resolver apenas com mudanças de currículos ou de um tratamento puramente acadêmico.

**GILBERTO MORAES** — Os próprios elaboradores do modelo econômico brasileiro já fizeram sua auto-crítica. Por exemplo, o ex-ministro do Planejamento do governo passado — o Reis Velloso — declarou, numa aula inaugural aqui na UFRGS, que a Universidade brasileira era de tal modo desvinculada de nossa economia que, se fechasse, não haveria nenhuma repercussão. Já a Universidade dos Estados Unidos, se fechasse, provocaria um colapso total na economia americana. Parece-me que não há diagnóstico mais preciso, mais abrangente e mais sintético que este, feito por um dos tecnocratas do modelo brasileiro que está aí.

**PERGUNTA** — Numa economia de Terceiro Mundo, como a nossa, até que ponto a vinculação da Universidade ao sistema econômico vigente é correta e deve ser buscada? Não seria melhor desvincular a Universidade da economia, dando-lhe um papel crítico sobre essa economia?

**GILBERTO** — O papel crítico deve ser reservado à Universidade. Porém, mais do que isso, lhe deve ser reservado um papel participante. Afinal de contas, não se ensina hoje para a contemplação do mundo clássico. Hoje, a tecnologia transformou o mundo de tal maneira que ela precisa ser ensinada nas escolas. A Universidade é um suporte da economia. Não se pode

praticá-la sem aprendermos na Universidade sistematicamente. O tempo do auto-didata desapareceu. Então, a Universidade precisa se vincular à economia. Por exemplo, nesse aspecto de suprir as novas necessidades profissionais, ela tem que se dimensionar para isso. Mas resguardando o direito de cada pessoa de exercer a profissão para a qual tem vocação. Vejamos: de um lado a Universidade se dimensionaria apenas para fornecer profissionais. Quer dizer, seria apenas uma ante-sala da fábrica ou do escritório. De outro lado, teríamos uma Universidade totalmente divorciada da economia, produzindo apenas humanistas para fazer uma crítica dessa economia. Mas o que devemos fazer é lutar por uma Universidade que seja, ao mesmo tempo, alimentadora da economia e disciplinadora da economia. Por uma Universidade que garanta o mercado de trabalho para seus diplomados, mas que não se torne apenas uma Universidade de robôs.

**PAULO CÉSAR** — Uma coisa está clara hoje. Nas universidades privadas, por exemplo, o centro não é o departamento de ensino e pesquisa, mas sim a caixa registradora, porque querem cada vez mais dinheiro. O ensino virou empresa. O mesmo acontece nas universidades públicas, pois os projetos de currículos são os

mesmos. E tudo isso faz parte de um projeto que o Governo teve que montar, para atender a toda uma pressão social no sentido de abrir mais vagas na Universidade. Pressão que resultou principalmente do processo de monopolização da economia e da entrada maciça do capital estrangeiro. A classe média não tem mais como



José Vicente dos Santos

competir com esse capital. Então, a partir de 67, 68 sobra para os filhos dessa classe média a via universitária, como forma de manter o nível de vida. Diante disso, a saída que se apresenta para o governo, que não quer aplicar dinheiro na Educação, é o incentivo ao Ensino privado. É abrir escolas de tudo que é tipo, sem qualquer preocupação com a qualidade de ensino. Só que hoje o sonho acabou. Dados do próprio

MEC mostram que 30 por cento dos estudantes formados nos últimos anos estão desempregados. Também hoje, enquanto estudantes, nossa preocupação não é mais subir na vida. Há 10 anos, o cara saía da Universidade médico, advogado, montava um escritório de advocacia, um consultório e, em quatro ou cinco anos enriquecia. Hoje isso não existe mais. O estudante de Jornalismo, por exemplo, vai ganhar cinco ou seis mil cruzeiros, o que não dá para sobreviver. Não é a toa que médico, jornalista e professor estão fazendo greve. Hoje, está colocado para nós uma perspectiva de assediamento. E ser trabalhador é estar submetido aos desmandos dos patrões. É nessa medida que se faz a ligação Universidade-sociedade, pois não adianta mudar só a Universidade, democratizar só a Universidade. E por saber que hoje quem tem força para transformar essa sociedade são os trabalhadores é que os estudantes estão colocando seu apoio para a classe trabalhadora. Além do mais, são os próprios trabalhadores que estão interessados em Ensino público e gratuito, para conseguirem ter acesso à ciência e à cultura, o que não acontece. Hoje, a ciência e a cultura servem muito mais como arma contra esses setores. Por isso é que se coloca que a transformação deve ser feita não apenas na Universidade, mas em toda a sociedade.

## Ter um ensino mais elitista

meia dúzia de filhos da burguesia estudando.

**JOSÉ VICENTE** — Existem alguns mitos sobre o Ensino pago. O primeiro deles é o de que as taxas pagas pelos alunos poderiam reduzir os problemas financeiros da Universidade. Isso não existe. A prova são as crises financeiras das universidades particulares, que estão solicitando verbas ao MEC, para cobrir seus débitos. E essa crise é uma crise do capital que, num dado momento, foi aplicado em empresas de Ensino, quando poderia até ser aplicado em empresas de cachorro-quente. Seria a mesma coisa. O que aconteceu foi que o Estado, a partir de 69, subsidiou a instalação de escolas privadas, como forma de conter a reivindicação da classe média, que exigia mais vagas. Houve, então, a constituição de empresas de Ensino, num ritmo de competição altamente subsidiado. Porém, numa tentativa de conter a inflação, o próprio governo passou a controlar o aumento das taxas dessas escolas. Diante dessa crise, torna-se falso o mito de que as taxas dos alunos podem gerar verbas necessárias à Educação. Outro mito é a idéia de que os alunos das universidades são de classes altas e, por isso, podem pagar. Em primeiro lugar, essa idéia tenta deslocar o problema das diferenças de classe que existe na sociedade para dentro da Universidade. E a Universidade não é responsável por essas diferenças. Ela reflete essa estrutura de classes, mas não é a causadora. Além disso, alguns dados mostram que a maioria dos alunos das universidades brasileiras são provenientes da classe média-baixa. Portanto, a questão da implantação do Ensino pago não é econômica, mas política. Na verdade, esses argumentos de finalidade econômica estão, mais uma vez, encobrindo uma tentativa de acabar com a democratização do conhecimento, principalmente nas Universidades federais, onde isso ainda existe.

**REJANE CARRION** — Nessa questão do Ensino pago, a pergunta fundamental que precisa ser feita e respondida é se a educação é realmente tarefa do Estado. Se a Educação beneficia somente o indivíduo e sua família, ou se é um investimento social que, portanto, deve ser coberto pelo Estado. Se admitimos que a Segurança Nacional é uma questão do Estado, não podemos pedir para os pais dos soldados que façam uma vaquinha para comprar canhão, tanque. Não vamos pedir uma mensalidade para os uniformes. O Estado terá que investir e se responsabilizar por essa área. O mesmo deve acontecer em relação à Educação. Talvez nós tenhamos no Brasil apenas 30 mil pessoas em condições de financiar a educação de seus filhos. Então, o Ensino é tarefa do Estado. O brasileiro já é suficientemente tributado para esperar do Estado o fornecimento desse serviço necessário. Também não vamos cair nessa esparrilha de administradores da miséria. Isto é, nos dão quatro por cento do orçamento e dizem: distribuem isso entre o Primário, Secundário e Universitário. Evidente que assim não é possível. Nos deem os 12 por cento — que é o mínimo que se admite como orçamento da Educação — que vai ser possível atender perfeitamente todos os níveis.

**PAULO CÉSAR** — Além do mais, recursos para aumentar o orçamento não faltam. É só ver que 80 por cento dos estudantes das universidades privadas fazem crédito educativo. Crédito que é dado pela Caixa Econômica Federal. Então, o Estado tem dinheiro, mas usa para financiar o lucro das escolas. Isso mostra claramente a política do MEC de implantar o Ensino pago.

**GILBERTO MORAES** — Eu estou aqui representando o MEC, mas, pessoalmente, julgo que o Ensino deve ser gratuito em todos os níveis. Acredito que o capitalismo brasileiro, bem administrado,



Rejane Carrion

teria condições para atender essa necessidade de educar o brasileiro, gratuitamente. Penso, então, que por uma questão de honestidade, devo dizer que o Ministério do Planejamento enviou ao MEC um memorando, dizendo que o Ensino gratuito só seria possível quando se chegasse a uma proporção razoável entre a população economicamente ativa e a população escolar. É essa a explicação para o compasso de espera do governo no sentido de atender às necessidades fundamentais que deve atender. Estaria aí também a explicação para a não redistribuição de renda. Entretanto, não sou tão pessimista. Vejo que, embora nesses últimos 15 anos o governo não tenha dado poder aquisitivo à população, pelo menos tentou trazer para a escola filhos da classe média mais carente. É verdade que trouxe em número pequeno, mas trouxe. E isso é um fator de otimismo para que a Universidade lute por si mesma.

**PAULO CÉSAR DA ROSA** — Acho que a crise da Universidade é mais uma crise de ideologias do que da Universidade propriamente dita. A Universidade sempre é colocada a serviço das classes dominantes e hoje está muito claro o seu papel e a quem ela está servindo. Por isso, é conveniente discutir esse projeto de abertura do governo.

## A abertura ainda não chegou aos estudantes

**PERGUNTA** — Essa abertura repercutiu na Universidade?

**PAULO CÉSAR** — Realmente, com a abertura o MEC extinguiu o 477, o 228. Mas é preciso situar bem essa abertura. Ela é consequência da crise econômica que atravessamos a partir de 73 e também da ascensão do movimento de massa, da reorganização dos setores populares. E não podendo resolver a crise econômica, e perdendo muitas bases sociais, o regime elabora esse projeto de abertura. Projeto que, na sua essência, busca abrir canais de participação para as classes dominantes e, inclusive, para alguns setores da oposição, que são cooptados por essa abertura. Mas busca também isolar cada vez mais os setores consequentes da luta contra a ditadura e impedir a organização independente de todos os setores populares. É um projeto de transição de democracia blindada. Muda a fachada, mas não muda o essencial. Basta ver a greve do ABC. O essencial está mentido; as tropas nas ruas, quebra-pau, prisões, Lei de Segurança Nacional. Na Universidade se tira o 477, mas se transfere toda a legislação repressiva para o Regimento Interno. Se permite eleição direta para os DCEs — o que se fazia há muito tempo — mas não se permite a organização estadual dos estudantes. Na verdade, o governo está procurando readequar a repressão. Está tentando adequá-la a cada realidade específica. Na PUC, por exemplo, onde o movimento estudantil tem pouca força, o Regimento Interno vai ser muito mais repressivo que o da UFRGS. É esse o projeto real da abertura para a Universidade. A repressão, inclusive, tem aumentado. É só lembrar que na PUC dois estudantes foram expulsos ainda este ano. Também expulsaram estudantes na Canoense e existem várias ameaças de expulsão na Unisinos. Na Católica de Pelotas abriram inquérito contra um estudante que liderou o

movimento da eleição da UNE. Além disso, sabemos que existem órgãos de informação e de segurança dentro da Universidade — DOI-CODIS da Universidade. E eles continuam existindo, não foram desativados. A UFRGS tem um que funciona muito bem. Funcionou muito bem nos arrombamentos do DAIU e DABICO. A abertura é isso aí,



Soneca

uma abertura extremamente controlada. Por isso, nesse momento, é fundamental levantar as bandeiras da democratização da Universidade e da defesa da organização independente dos estudantes. Organização que não pode ser estrelada a qualquer órgão, como essa abertura pretende fazer.

**ENQUETE**

# OS ALUNOS AINDA NÃO TÊM CONSCIÊNCIA

Para medir o grau de consciência dos alunos da UFRGS e tentar obter uma visão aproximada de como encaram a universidade, realizamos esta enquete. Procuramos ouvir um aluno do primeiro semestre e outro que estivesse concluindo seu curso. Os primeiros mostram suas ilusões, e os que estão concluindo o curso já não vêem mais grandes perspectivas de um bom mercado de

trabalho. Tentamos entrevistar alunos de todas as áreas, e chegamos a respostas desencorajadoras. Tanto o nível de consciência é baixo, quanto as perspectivas de mudança são inexistentes. A enquete serve, pelo menos, para mostrar o estudante real da UFRGS. E se alguém tinha alguma ilusão, pode começar a desfazê-la. O nível de ensino é baixo, mas a consciência ainda é menor.



Cláudio  
**Administração BAGUNÇADO**

**CLÁUDIO CITRIN**  
Administração — 1º semestre — 22 anos

Cláudio pensava que "o curso não fosse tão bagunçado". Pensava também que o professor desse mais atenção aos alunos. A qualidade de ensino, assim como o nível dos alunos, é baixa. A formação prática não existe. O estágio obrigatório junto a uma empresa é uma de suas sugestões para um maior aproveitamento. Quanto ao limitado mercado de trabalho, Cláudio não se preocupa. Para ele, a Administração é mero complemento para o curso de Engenharia que já vem cursando há mais tempo.

**RAFAEL BERLESE DE MATOS DOURADO**  
Administração — 3º semestre — 19 anos

Segundo Rafael, "no momento que vivemos, é necessário despertar a consciência de que a Universidade é o centro formador do elemento humano capaz de promover o desenvolvimento do País."

O entrevistado também teve frustradas suas expectativas quanto ao ensino superior. "O apoio encontrado é mínimo. Inclusive, muitos professores fazem questão de dizer na nossa cara."



Leonardo  
**Agronomia TRADICIONAL**

**LEONARDO TORRES**  
Agronomia — 1º semestre — 18 anos  
**ANTÔNIO GARCIA**  
Agronomia — 1º semestre — 20 anos

Leonardo e Antônio cursam apenas duas disciplinas específicas da Agro-

nomia, mas já sentiram que existem cadeiras obrigatórias sem sentido algum dentro da profissão. E só vêem uma saída: — O mercado de trabalho já está saturado no Rio Grande do Sul. Somente as multinacionais oferecem possibilidade de colocação e de melhor remuneração.

**ROBERTO ROTENBERG**  
Agronomia — 7º semestre — 22 anos.

Para Roberto, duas são as maiores dificuldades enfrentadas no curso de Agronomia: além da carência de material, os estudantes não têm acesso aos poucos recursos disponíveis. Como exemplo, cita a Estação Experimental Agronômica em Guaíba, que é utilizada apenas pelos professores pós-graduados.

Para completar, a mentalidade tradicional dos fazendeiros, aliada à sua desconfiança, limita a atividade do agrônomo gaúcho.



Cláudia  
**Arquitetura CHEIRAM A MOFO**

**CLÁUDIA NERUNG**  
Arquitetura — 3º semestre — 19 anos

Cláudia, ainda cheia de ilusões, acha que "o urbanismo oferece maior opção". Atuando como auxiliar de desenho, embora ganhe apenas Cr\$ 3.500,00 mensais, considera "importante praticar desde cedo" o que aprende na Arquitetura.

**MARDJA DE FRANCESCHI**  
Arquitetura — 7º semestre — 21 anos

"A falta de informação em relação ao curso escolhido faz com que o aluno se decepcione". A partir daí, Mardja critica o ensino falho, a falta de incentivo à pesquisa, "as cadeiras que cheiram a mofo", pelo programa defasado, os professores inaccessíveis, além da metodologia e conteúdo frustrantes.

O mercado para arquitetos autônomos não foge à regra da saturação, inclusive provocada por profissionais de outras áreas, como as de Engenharia Civil e Mecânica. A saída é "batalhar um emprego dentro de uma empresa".



Rogério  
**Economia STATUS**

**ROGÉRIO ARTHMAR**  
Economia — 1º semestre — 18 anos

Rogério acha que na Economia tudo vai bem quanto à qualidade de ensino e material. "O que atrapalha é o constante deslocamento, o que deverá ser corrigido com o novo campus". Mas, na Economia, diz Rogério, o já restrito mercado de trabalho tem muitas de suas vagas ocupadas indevidamente por engenheiros.

**FERNANDO VILLARINHO**  
Economia — 5º semestre — 19 anos

"Eu esperava algo mais da universidade: melhor qualidade de ensino e, principalmente, maior participação do aluno no dia-a-dia de sua faculdade. Ou o estudante só quer o diploma ou volta-se para a teorização de grandes tendências políticas, totalmente alheias à sua realidade".

E o desabafo continua: "Para alguns professores, o importante mesmo é o status que obtém lecionando na UFRGS". Cumprimento de horários e atendimento aos alunos são aspectos secundários, quando não inexistentes.

A descentralização — aulas em dez prédios diferentes, incluindo o porão do Planetário — contribui para a desunção de turma.

Quanto ao mercado de trabalho, as perspectivas não são animadoras para os futuros economistas. Ou trabalham para o governo ou aderem às multinacionais.

"No Rio Grande do Sul — saliente Fernando — a microeconomia é monopólio familiar. As pequenas empresas passem de pai para filho, não absorvendo novos economistas".

Numa última colocação, Fernando afirma que "de pouco adianta o aluno tentar reformular o currículo, se os professores se opõem às mudanças. A reformulação deve vir do MEC, a nível de governo federal".



Dóvis  
**Biblioteconomia ENCARAR**

**DÓVIS GLAUCHE**  
Biblioteconomia — 1º semestre — 17 anos

Dóvis se mostra satisfeito com a qualidade de ensino em seu curso: "através de entrevistas e projeções de slides, os professores procuram tornar dinâmica a exposição dos conteúdos". Quanto ao mercado de trabalho, o bibliotecário ainda é visto como "um técnico, um auxiliar". Apesar disso, Dóvis ressalta que "o que vale é a gente encarar mesmo".

**LEONEL OSCAR LAMB**  
Biblioteconomia — 5º semestre — 22 anos

Há quem considere que a qualidade de ensino é relativa. É o caso de Leonel, que afirma: "Tudo depende do interesse, da vocação".

Falando sobre o nível dos professores, colocou que "existem e sempre existirão bons e maus professores; uns com mais didática, com maior capacidade para ensinar, do que outros. E existem alunos que captam melhor a matéria apresentada por um professor do que por outro. Isso é independente do fato de o professor ser realmente bom ou ruim. Assim, tudo se resume a uma questão pessoal, de gosto do aluno".

Leonel diz que as instalações da Faculdade de Biblioteconomia são precárias porque toda a política financeira da UFRGS gira em torno da construção do novo campus. Assim, muitas vezes não dispomos sequer de um projetor de slides".

E, sobre emprego, as informações são de que um bibliotecário contratado recebe mais ou menos Cr\$ 12 mil. Entretanto, se ocupar um cargo de confiança poderá atingir um ordenado de Cr\$ 100 mil mensais."



João  
**Engenharia FALTA PRÁTICA**

**JANICE HEINECK**  
Engenharia Civil — 1º semestre — 18 anos

Para quem pensa que, após a aprovação no vestibular o diploma já é garantia líquida e certa, Janice opina que "não é bem assim. É preciso estudar muito, porque, ao contrário do que a maioria pensa, o nível dos alunos da UFRGS não é bem o de gênios".

**JOÃO PAIANI**  
Engenharia Civil — 7º semestre — 27 anos

João queixa-se da falta de cadeiras práticas: "As poucas já existentes são baseadas em tecnologia importada e totalmente deficitária".

Outros problemas na área de engenharia giram em torno da estatização e da inflação do mercado de trabalho. "As maiores empresas do ramo pertencem ao governo e o engenheiro recém-formado, que deveria receber um salário de Cr\$ 18 mil, acaba trabalhando por cerca de Cr\$ 5 ou Cr\$ 6 mil", afirma João.



Carlos Roberto  
**Veterinária SISTEMA PATERNALISTA**

**CARLOS ROBERTO GALIA**  
Veterinária — 1º semestre — 17 anos

Para Carlos Roberto a dificuldade de adaptação ao curso universitário ocorre com a passagem do sistema paternalista do primeiro e segundo graus para o "desinteresse e pouco caso dos professores universitários". O nível de ensino na Veterinária é bom — diz ele —, incluindo-se professores, "não excepcionais, mas cumpridores dos horários e matérias", material, laboratório e instalações. A descentralização das aulas e a consequente perda de tempo ainda é um grande problema".

Carlos Roberto afirma ainda que o mercado de trabalho é amplo e que o salário inicial "andaria pelos Cr\$ 15 mil. O maior problema aqui, no Rio Grande do Sul, é a mentalidade bitolada de muitos fazendeiros que ainda não acreditam no veterinário", argumenta o estudante.

**AMILCAR GORDIM**  
Veterinária — 5º semestre — 20 anos

O reduzido número de universitários no Brasil demonstra, para Amílcar, "uma elitização crescente do ensino, cujos currículos não estão voltados para as reais necessidades da população. Antes de 1964 — lembra ele — 70% das universidades no País eram públicas. Hoje, a mesma percentagem é de universidades privadas. Por outro lado, antes de 64 12% do orçamento da nação era destinado ao ensino. Hoje, o índice anda em torno de 4%. Com isso, temos a deterioração, do ensino: faltam bons professores, faltam laboratórios, as bibliotecas são inadequadas, boas instalações são um luxo."

Amílcar explica ainda que, ano após ano, o governo se desobriga de proporcionar educação pública e gratuita. "Colocando no bolso do estudante a obrigação de sustentar o ensino, através de taxas e sobretaxas, eles acabam impedindo o acesso de alunos das classes mais pobres aos cursos superiores, diz ele.

Aqui no Rio Grande do Sul existem cinco faculdades de Veterinária, o que determina a saturação do mercado. Amílcar diz que "quem quer trabalhar tem que se deslocar para outras regiões do País, onde poderá ganhar mais do que os Cr\$ 9 mil que ganha um veterinário iniciante por aqui".



Márcia Ferreira

Filosofia  
DECADENTE

MÁRCIA ONDINA VIEIRA FERREIRA  
Filosofia — 7º semestre — 20 anos  
MÁRCIA REGINA DA CUNHA  
Filosofia — 5º semestre — 21 anos

As duas Márcias definem a Universidade simplesmente como o caos. A Filosofia é "um curso decadente, totalmente marginalizado, sendo limitado pelo própria realidade política do País. Ao invés de abrir a visão do mundo, o campo de trabalho atual força a fechá-la. A nível interno, há um círculo vicioso entre professor-aluno: a transmissão de conhecimentos fracos leva à falta de orientação do estudante que, por sua vez, responde com baixa bagagem de conteúdos." "Mais da metade dos alunos nem está aí. Pensam no curso apenas como um nível a mais e não como um fim em si mesmo". Advogados, professores primários e donas-de-casa formam as heterogêneas turmas. São inevitáveis futuros professores de História de Filosofia no segundo grau." Os alunos têm tentado algumas modificações. Em novembro de 1979 houve na PUC um Encontro Estadual de Filosofia que pretendia fazer uma avaliação da profissão. Um dos objetivos propostos pelos 18 entidades participantes foi o de introduzir a Filosofia no segundo grau, visando ampliar o mercado de trabalho. Para esse semestre, está prevista a realização de outro encontro de âmbito regional. Os estudantes também planejam uma promoção a nível nacional. "O sujeito é filósofo simplesmente porque tem bacharelado em Filosofia. E só. Hoje, a profissão limita-se ao exercício do magistério. Apenas com estudo no exterior é que se pode adquirir maior credibilidade", acrescentam as estudantes.



Elanir

Farmácia  
SÓ INTERIOR

ELANIR DE MENEZES ZANETTE  
Farmácia — 1º semestre — 19 anos

"O ensino na Farmácia é razoavelmente bom. Entretanto, a maioria dos professores supõe que a gente sai do segundo grau com mais conhecimentos ou, pelo menos, com aqueles

elementos necessários para obter a compreensão mínima dos conteúdos."

O mercado de trabalho nas áreas de medicamentos e de alimentos ainda é viável, segundo a estudante. O salário inicial para quem consegue colocação é de Cr\$ 12 mil. O setor da Bioquímica, entretanto, já está saturado.

"Para melhorar o nível da educação deveria ser aumentado o índice de renda destinado ao ensino porque o governo precisa da educação do seu povo," diz Elanir.



Luiz Carlos

Física  
DESPEJA MATÉRIAS

LUÍS ANTÔNIO FERREIRA  
DIJORGE  
Física — 1º semestre — 19 anos

"A Universidade é a mais alta barreira para qualquer jovem que se dedica ao estudo". Para Luís Antônio, a Física vem correspondendo às suas expectativas como atividade-meio, porque pretende utilizar-se dela para ingressar no curso de Engenharia. Mas não faltam queixas: "Os professores é que deixam muito a desejar. A maioria deles é do tipo que chega na aula, despeja matéria, dá exercícios, problemas e só. O que dificulta mais é o nosso segundo grau que não deu base suficiente para chegar na faculdade e corresponder ao que os professores querem." — A pesquisa no Brasil é pouco estimulada; o mercado está inflacionado por profissionais de outras áreas, principalmente engenheiros. Assim, afirma Luís Antônio o físico só tem uma saída: dar aulas. Sugerindo modificações, Luís Antônio salienta: "O ensino na UFRGS poderia ser melhor, em muito, se fosse centralizado, evitando o constante deslocamento e conseqüente perda de tempo de alunos e professores. Outro aspecto é a melhor distribuição da carga horária de certas cadeiras, já que umas possuem horas em excesso, sem conteúdo, enquanto em outras há acúmulo de matéria em poucas horas-aula. Finalmente, a conscientização do professor de que ele não é o dono exclusivo do conhecimento, devendo encarar o aluno como alguém disposto a aprender e não apenas como mais um concorrente."

LUÍZ CARLOS GOMES  
Física — 8º semestre — 26 anos

Para Luiz, a Física é "um curso difícil, exigente, que obriga a uma dedicação toda especial. Todo aquele que precisa trabalhar leva mais do que os quatro anos previstos no currículo." Do total das 80 vagas oferecidas por ano, aproximadamente, 60 alunos entram em primeira opção. E desses, só uns 10 ou 15 obtêm o diploma em anos diferentes. "O nível dos alunos varia de acordo com a motivação de cada um. Já na entrada o curso espera "por um pessoal esclarecido em Física. Mas o pessoal entra, praticamente, voando". Os professores são bons e capacitados. O que falta à maioria deles é didática. O interesse dos professores está na pesquisa e o preparo das aulas lhes rouba o tempo disponível. Em relação ao mercado de trabalho, duas são as opções: o bacharelado e a licenciatura. "A figura do licenciado está se extinguindo. Sem o bacharelado só resta a alternativa de lecionar."

# SEM CENSURA, LUTA A IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

Engajada, crítica, saindo quando dá e usando um jargão para iniciados no marxismo. Estas as características mais constantes da imprensa da UFRGS, que jornais antigos, como O Bisturi, atestam e comprovam que não se modificaram com o decorrer do tempo.

Como forma de Intervir organizadamente na Escola e na sociedade, porém, a imprensa estudantil da UFRGS teve um papel diferente em diferentes momentos desta década. Nos períodos de maior repressão (1970-7) ela chegou a ser importante até fora da universidade, fazendo denúncias que sempre podiam sair na grande imprensa e trazendo análises da realidade do País em geral.

Na falta de partidos de oposição institucionalizados, os pequenos grupos que se formavam nos diretórios acadêmicos acabavam cumprindo papéis de partido. E, sendo a única via possível para a luta política, é natural que o jornal procurasse abordar o maior número possível de assuntos, mantendo em comum entre si a forte oposição à ditadura. É a época das grandes análises de conjuntura, obrigatória em todos os números, em que o Olha Aqui a Pinta do Pinto vai se tornar um especialista.

De 1978 pra cá, no entanto, com o abrandamento da censura e com a abertura de novas frentes de atuação política — nas vilas e nos partidos que começam a estruturar-se —, os jornais da UFRGS voltam a preocupar-se com a realidade mais próxima: a Escola. A maioria vai exigir melhores condições de ensino, mas alguns irão mais longe, questionando o papel da universidade em sociedades capitalistas, o academismo até dos professores ditos de esquerda, e o burocratismo geral.

Sempre ligada ao movimento estudantil, a imprensa da UFRGS vai herdar deste a maldição de uma linguagem chata, de um generalismo abstrato, de um sociologuês pedante, que vingará dos mais diversos cursos como Medicina, Biologia, Direito ou Farmácia. Uma linguagem repetitiva, prolixa, mas que contraditoriamente terá uma queda pelas abreviaturas. O movimento estudantil será sempre ME (leia-se eme-ê), o movimento operário é MO, o Conselho Universitário vira CU e os médicos residentes, MR (não confundir com o 8, ala armada do PC do B.). Sem humor e divulgando quase sempre o já sabido, os jornalinhos da UFRGS nunca chegaram a ser aguardados com expectativa nas faculdades. Na verdade, lê-los era quase um sacrifício tão grande quanto elaborá-los nas longas reuniões do diretório — algumas tratadas como assembleias — onde se discutia exaustivamente cada parágrafo da matéria.

Em agosto de 77, porém, algo de novo surge na praça. O Manifesto, grupo que se separa da Nova Proposta e que beira a um anarquismo próximo ao do Manifesto da Itália, lança um jornalzinho que revigora a linguagem e a diagramação da imprensa da UFRGS. Os assuntos tratados no O Manifesto — infelizmente só saíram três números — passam pelos tradicionais problemas da universidade e as crises do capitalismo, mas chegam a campos nunca antes percorridos, como comprova o índice do primeiro número: aborto, Flash Gordon, pílulas, um planeta de arame farpado, a tortura através dos tempos. Apesar do pequeno espaço — também é impresso em papel ofício, como todos os outros — O Manifesto vai conseguir efeitos interessantes na disposição das matérias,

sobrepondo-as às páginas de histórias em quadrinhos, abrindo mão da manchete, colocando balões críticos à margem das matérias e mil recadinhos de última hora.

Mais recentemente, os alunos das Ciências Sociais lançam o Band-Aid Infecto, que se auto-define como "órgão a serviço da indignação". Sem estar ligado a nenhuma das tendências (a tempo: tendências são grupos políticos tipo Peleia, Avalu, Libelu, Unidade, etc., que atuam na universidade).

O Band-Aid vai tentar ser um mural de alunos indignados que vão se expressar na linguagem direta e crua das portas de banheiro, vai tocar em assuntos até agora discutidos só em voz baixa, nas fofocas das mesas de bar, que a Associação de Sociólogos "forma uma espécie de truste que monopoliza as ofertas de emprego", que a política sexual da universidade é fator decisivo na escolha de bolsistas, de que vaga é ocupada por quem e todas as bobagens e absurdos ditos em aula pelos mestres. Vai receber críticas: "estão abrindo espaço para a direita", "é coisa de anarquista", "é a miséria da sociologia" e causar alguma apreensão: "será que eles sabem com quem trepa?"

Mas, acima de tudo, vai causar uma crescente curiosidade, ser assunto no bar do Antônio (onde ficam, realmente, as pessoas do curso), nas reuniões da Associação dos Professores da UFRGS (ADUFRGS), ser discutido nas salas de aulas e aguardado com expectativa.



## DO ARREIO AO BAND-AID

Universitário — jornal do DCE da UFRGS, um dos mais antigos. Normalmente, é editado um ou dois números por ano.

Arreio no Ovo — jornal do DCE da UFRGS durante a gestão da Nova Proposta (1976-7). Vida curta: só 2 números apresentando encartes com matérias especiais.

Bisturi — Talvez o de maior duração, começou na década de 40, mas não se conhece mais os primeiros números porque foram queimados em 68, quando a direita raivosa invadiu o Centro Acadêmico Sarmento Leite. Atualmente, restringe-se a matérias sobre problemas da Faculdade de Medicina. Durante a greve do ano passado, o Bisturi saía de dois em dois dias.

Jus Sperneandi — anda lá pelo 12º número. É o jornal oficial do CAAR (Centro Acadêmico André da Rocha — Fac. Direito) e atualmente está nas mãos da Viração. Apesar do nome jocosos, o Jus Sperneandi é sério pra burro, com matérias densas de conjuntura e universidade. Curioso: as matérias são assinadas, coisa rara dada a paranóia do movimento estudantil em 1968-77.

Diferença — surgido em 78 e elaborado por um grupo da Faculdade de Direito ligado ao Manifesto, se diz "um instrumento dos alunos, partindo sempre das salas de aula" e faz críticas às direções do CAAR. Matérias interessantes. Só as poesias assinadas.

Intervenção — mais um do Direito. Semelhante ao Diferença (o Intervenção é anterior), mas reproduzindo artigos do Pasquim (Sergio Augusto e Maciel), Foucault, etc.

O Jornal — "órgão dos alunos (leia-se Unidade) da Medicina". Vida curta. Críticas às condições de ensino e oposição à diretoria do CASL — o centro acadêmico da Medicina. Navegar é Preciso — depois que a direita tomou conta do DAECA, a frente de esquerda da Economia fundou o CEEP, Centro de Estudos de Economia Política. O Navegar é Preciso é o jornal deste centro, que centra fogo especialmente no

DAECA. "Estatizar ou desestatizar... Não interessa, o importante é desatizar" como diz o cartum da capa do número 3, de agosto de 76. Não tem saído desde 78.

Olha só a Pinta do Pinto — O primeiro número saiu no dia 21 de outubro de 1974. Deve ser dele o recorde de maior número de edições por semestre: chegou a 15 em 3 anos de Nova Proposta no DAIU, o diretório das Ciências Sociais, Letras, Psicologia, Tradutor e Intérprete e História. Enfatizava a importância da "luta ideológica" dentro da universidade (crítica a forma de gestão, defendendo o poder para os alunos e funcionários) e na sociedade em geral (cobrindo os furos da grande imprensa com matérias sobre a SBPC e outros acontecimentos que revelaram a crescente organização da sociedade civil no País). O Peleia, um dos filhos da Nova Proposta, não dará continuidade ao Olha só... Uma pena.

Band-Aid Infecto — "um órgão a serviço da indignação dos alunos da Ciências Sociais", como ele mesmo se considera, que veio pra mexer nas feridas do curso. Com uma linguagem direta, usando o pelavrão e a gíria, o Band-Aid critica o academismo, o burocratismo, os mestres e o conhecimento fragmentado das aulas de Ciências Sociais. E dá nomes aos bois, ou melhor, apelidos: o professor João Guilherme, um dos alvos preferidos, virou Joãozinho Digital (pelo hábito de tatear as alunas). Surgiu no fim de 1979 e está no seu terceiro número.

Boletim — jornal do DABICO, diretório da Biblioteconomia e Comunicação. Apareceu em 1976 e teve continuidade na gestão do Gordo (fundador da tendência gordismo, cujas bases eram as meninas da Biblio) e na da Liberdade e Luta. Apesar de ser feito basicamente por alunos do jornalismo, o Boletim não traz novidades à imprensa da UFRGS, incorrendo nos velhos erros de ser chato, bota jargão político nisso) e mal diagramado. No entanto, cumpre as funções a que se propõe: denunciar arbitrariedades da sempre caindo ditadura e mobilizar (leia-se levar às ruas) os estudantes.

# UM BASTA À DISCRIMINAÇÃO

Os preconceitos foram vencidos. A Casa do Estudante já não é mais um seminário medieval. Mas o trágico é pensar que, até há poucos dias, mulher não podia nem chegar perto da CEU.



Uma terça-feira, 29 de abril, meio-dia, na Casa do Estudante Universitário da João Pessoa. O trânsito estava interrompido e trezentas pessoas, em sua maioria mulheres, encontravam-se no outro lado da rua com faixas que diziam "por mais e melhores casas estudantis", "pela permanência de mulheres na CEU". Ditas faixas aludiam à tomada da casa pelas mulheres, o prédio estava tomado por uma multidão que esperava a invasão. Esperavam nas sacadas, pelos corredores, no DCE e no saguão. A fila do RU andando devagarinho — como sempre. No meio da avenida, os fotógrafos, a reportagem, cinegrafistas, curiosos e vendedores de jornais da imprensa nanica.

As 12h35min as mulheres avançam até a Casa do Estudante. Já eram 800 pessoas, gritando palavras de ordem e cantando a música *Caminhando*, de Vandré. Das janelas caía papel picado. Dentro da casa, minutos depois, era a euforia. Junto aos invasores estava o secretário-geral da UNE, Aldo Rabelo, e o secretário de cultura, Fredo Ebling, o deputado do PMDB Antenor Ferrari e o vereador do PT Antônio Cândido (Bagé). Depois foi a hora dos

debates. Em quatro andares diferentes os estudantes discutiam o homossexualismo, a família, a prostituição e o papel da mulher na sociedade. Nem mesmo a tentativa feita pelo reitor de esvaziar o movimento teve sucesso. O reitor, que teria dito a uma comissão de estudantes que se quisessem falar com meninas deveriam ir ao Parque Farroupilha ou fazer uma casa de prostituição, agora convidava a comunidade universitária para uma visita pública, como se a casa fosse um zoológico. O ato foi o primeiro passo para pôr um fim a discriminação, e que prepara o terreno para a próxima luta, mais árdua, pela moradia mista.

A moradia mista é uma necessidade, principalmente se formos levar em conta a disparidade entre universitárias e vagas em casas de estudante. Mas esta injustiça não é o único problema das casas estudantis. Alguns deles são comuns, como a falta de verbas.

## AS CASAS ORGANIZADAS

A luta pela moradia estudantil está organizada no País através da

Secretaria Nacional de Casas. Esta representou um avanço no desenvolvimento das lutas, conforme os estudantes, e vai colaborar de forma decisiva para o atendimento das suas reivindicações. A União Nacional de Estudantes deliberou durante o último Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) que, na luta por mais verbas para a educação, se incluíse mais grana para as casas. A União Estadual de Estudantes, no seu último Congresso, em Santa Maria, tirou moção de apoio à luta pela moradia estudantil. Hoje, elas são uma necessidade para os estudantes menos favorecidos e que, sem a moradia acessível e barata, não poderiam continuar seus estudos. Por isso a importância de se fortalecer as casas de estudante e apoiar a criação de outras com autonomia administrativa. Por sua vez, o MEC procura de todas as formas colocar as casas nas mãos das reitorias e desestimula a criação de restaurantes universitários independentes. A casa feminina da UFRGS, na rua São Manoel, enfrentou este problema. Como lá as estudantes tem um restaurante próprio, o pró-reitor de assistência à comunidade universitária propôs colo-

calo sob sua responsabilidade. Na CEUACA, muito conhecida pelas reuniões dançantes que realiza nos sábados à noite, vários moradores estão ameaçados de despejo por não concordarem com o pagamento de Cr\$ 800,00 mensais, estipulados pela diretoria da casa. Pagando um pouco menos, Cr\$ 590,00, os moradores da Casa de Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária lutam para que a reitoria reconheça a moradia mista e também para que a diretoria da casa melhore a qualidade da alimentação.

## COMO MORAR NAS CASAS

Em todas as moradias estudantis são necessários requisitos para que os estudantes entrem. Leva-se em conta a renda, que teoricamente deve ser baixa, o candidato deve ser universitário e do interior do Estado. Existem algumas variações: na Casa Evangélica dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (CEUPA), os estudantes que se preparam para o vestibular também têm acesso. A CEUPA tem um sistema especial de

mensalidade. Enquanto as outras estipulam uma quantia, lá ela está ligada à renda do morador e aumenta conforme o que ele ganha. A taxa é variável dependendo da casa, mas os direitos dos moradores basicamente são cama, alimentação e lavanderia. Juntamente com o problema financeiro, existe o problema da autonomia das casas. Quase todas elas dependem exclusivamente das verbas do MEC, através das reitorias, que podem sob qualquer pretexto suspendê-las. Para isto basta que os moradores não andem conforme seus desejos. A Casa da Agronomia e Veterinária teve suas verbas cortadas porque os moradores permitiram a moradia feminina. A moradia estudantil se conquista na luta por melhores condições de habitação, pelo aumento de vagas e pela moradia mista. As necessidades mostram aos moradores que, diante dos seus problemas, devem se unir. Com isto, a frieza, o andar de cabeça baixa vai cedendo lugar a um relacionamento mais intenso daqueles que se reconhecem companheiros do mesmo barco.